

## MARX E AS CLASSES SOCIAIS SEGUNDO HENRI LEFEBVRE

Nildo Viana\*

A teoria das classes sociais de Marx é uma parte de sua obra, assim como várias outras, que deixou inacabada. Apesar da importância das classes sociais na teoria geral de Marx, ele não escreveu uma obra completa sobre o assunto. Em *O Capital*, o capítulo que seria dedicado às classes ficou em apenas três páginas. Vários trechos de diversas obras ele retoma e discute as classes sociais, em geral ou específicas. Curiosamente, ninguém se deu ao trabalho de selecionar estes trechos e produzir uma coletânea, tal como foi feito com seus textos sobre religião (Marx e Engels, 1972), educação (Marx e Engels, 1992), colonialismo (Marx e Engels, 1970), arte (Marx e Engels, 1986), sindicalismo (Marx e Engels, 1980), Anarquismo (Marx e Engels, 1987), entre outros fenômenos. Isso cria uma dificuldade a mais no processo de interpretação do conceito de classes em Marx e faz com que muitas interpretações sejam extremamente problemáticas. Claro que problemas de outra ordem são mais importantes, tal como os valores, concepções, sentimentos, daqueles que fazem a interpretação, bem como a formação intelectual do intérprete, o contexto histórico, a influência das interpretações canonizadas, etc.

Os adversários de Marx buscaram criticar sua concepção, mas nem sequer chegaram a entendê-lo (Aron, Dahrendorf, Gurvitch, etc.). Outros partem da deformação leninista do pensamento de Marx e sua formulação sobre classes, para fazer uma imposição interpretativa muito mais do que uma análise rigorosa. Por fim, temos aqueles que querem manter fidelidade ao pensamento de Marx e são pensadores mais complexos e refinados, tal como é o caso de Henri Lefebvre. Porém, as

dificuldades acima aludidas se reproduzem também neste caso, bem como em outros semelhantes (Fisher, Bagú, etc.).

Sendo assim, assume grande importância não só fazer uma releitura e análise rigorosa de sua obra para resgatar o pensamento de Marx como, também, fazer a leitura, análise rigorosa e crítica dos intérpretes de Marx, inclusive buscando descobrir as raízes das interpretações equivocadas. Os “não-leitores” de Marx tendem a aceitar acriticamente tais interpretações e os maus-leitores também. Os não-leitores e maus-leitores de Marx, para usar expressão de André Gorz (1982), precisam ser alertados das más interpretações. O objetivo deste artigo é justamente submeter a uma análise crítica a interpretação problemática da concepção de classes em Marx realizada por Lefebvre, sendo o primeiro de uma série de textos analisando outras interpretações com o mesmo objetivo.

Lefebvre inicia o capítulo de sua obra “Sociologia de Marx”, dedicada ao tema da “Sociologia das classes sociais” afirmando que irá “examinar a noção de classes em Marx” nos “quadros sócio-econômicos do capitalismo de livre concorrência” (Lefebvre, 1979, p. 67). Antes já havia afirmado que Marx não pôde prever a vitalidade e elasticidade do capitalismo. A razão desta afirmação se encontra na sua tese de que a partir da Segunda Guerra Mundial surgiram novas classes e frações de classes e outras desapareceram, bem como as fronteiras entre elas em alguns casos se acentuaram, em outros se apagaram, e tudo isso sob formas diversas, dependendo dos países, da “estrutura” e da “conjuntura”.

Essas afirmações já deixam claro alguns pontos problemáticos do texto de

Lefebvre. A análise se limitará ao capitalismo livre-concorrencial e isto significa que deixará de lado as classes sociais no pré-capitalismo e, por conseguinte, os textos de Marx que abordam este período. Isto provoca, em 1º lugar, um recorte arbitrário da obra de Marx e, em 2º lugar, a desconsideração do conceito de classes sociais em Marx. Isto, porém, não é gratuito, como veremos adiante, pois Lefebvre defende a tese de que as classes sociais só existem, efetivamente, no capitalismo. Segundo ele:

A sociedade na qual, segundo Marx, a polarização em classes antagônicas torna-se essencial é uma sociedade historicamente tardia, a última a surgir antes do socialismo, o capitalismo. Antes dela, todas as sociedades, todas as etapas da formação econômico-social apresentam cisões, oposições, contrastes, conflitos. Onde faltam essas oposições, a sociedade estagna ou regride. As sociedades não mudam, não progridem e não se destroem senão em função das diferenças e oposições internas que elas contêm. Contudo, até o capitalismo essas oposições são, sobretudo, traços distintivos, em vez de conflitos essenciais (Lefebvre, 1979, p. 67-68).

Lefebvre aprofunda o seu pensamento citando o exemplo da sociedade feudal: “Esta sociedade tem, pois, por característica uma hierarquia e não uma polarização. Marx jamais confundiu os grupos, as castas, as classes em via de formação, com as classes constituídas e polarizantes” (Lefebvre, 1979, p. 68). O que Lefebvre diz aqui é que as classes sociais só existem no capitalismo, que é onde há a “socialização da sociedade”, através da expansão das comunicações e trocas e superação dos particularismos. Marx “jamais confundiu” castas e grupos com classes sociais, diz Lefebvre. Obviamente que, deixando de lado diversas obras de Marx, esta afirmação seria aceitável.

Porém, para quem leu obras como *A Ideologia Alemã* (1982), *Manifesto do Partido Comunista* (1988), *A Sagrada Família* (1979), entre diversas outras, ou mesmo *O Capital* (obra central da análise de Lefebvre), sabe que não é bem assim. A primeira frase do *Manifesto Comunista* é suficiente: “a história de *todas as sociedades* tem sido até hoje a história das lutas de classes” (Marx e Engels, 1988). Sem dúvida, é possível afirmar que Lefebvre evitou as demais obras de Marx por algum motivo razoável. Porém, isto só se justifica se ele houvesse explicitado tal razão, o que não fez. Alguns recusam utilizar o *Manifesto Comunista* e justificam sua opção, outros recusam as obras de juventude e explicam a razão, o que Lefebvre não fez no caso das diversas obras que deixou de lado.

A afirmação taxativa de que Marx “jamais confundiu” classes com castas e outros grupos é tão questionável que outros autores dizem, com a mesma tranqüilidade, o contrário:

Classe é uma realidade genérica. Dentro da denominação classe se incluem a casta, o estamento, a classe social do capitalismo industrial e qualquer outro grupo que na história desempenhou funções estritamente conectadas com um mecanismo de dominação (Bagú, 1972, p. 123).

Claro que a afirmação acima também é problemática (o difícil é encontrar algum autor que aborde classes em Marx sem dizer o que não está dito em lugar algum e trocar as afirmações). O procedimento de Lefebvre é problemático por afirmar algo como não passível de discussão e definitivo, que, no fundo, não é tão claro assim.

A ideia de polarização é um equívoco menor, pois trechos de Marx dão margem para esta interpretação, que, no entanto, desconhece Lefebvre, é um momento da análise na qual Marx distingue “classe em si” e “classe para si”, sendo que, em ambos os momentos já

se trata de classes sociais, inclusive no primeiro, antes da “polarização”. Lefebvre, mais à frente, percebe esta distinção, mas não a aprofunda e nem percebe que cai em contradição devido a isto.

Lefebvre busca discutir a questão das classes sociais a partir de um resumo das 100 primeiras páginas de *O Capital*. Procedimento curioso, mas justificado: “a polarização da sociedade em classes que mantém relação essencialmente conflitiva só se dá juntamente com um fato dito econômico: a generalização da mercadoria” (Lefebvre, 1979, p. 68). Assim, Lefebvre apresenta como Marx define mercadoria e aponta o processo de produção capitalista de mais-valor. E assim o capitalismo é apresentado como a única sociedade de classes da história. Lefebvre, ao fazer isso, limita sua análise à sociedade moderna, o “objeto de estudo” da sociologia. Assim, o trabalho intelectual especializado de sociólogo limita o nível da análise, transformando Marx em um “sociólogo”, o que ele não foi, nem no sentido intelectual, nem no profissional. Não é sem motivo que o título do livro de Lefebvre é “*Sociologia de Marx*”.

Depois de discutir a mercadoria, Lefebvre chega a uma definição da classe capitalista e da classe operária:

A forma da mercadoria e a do contrato tornam-se níveis de realidade em sua sociedade histórica e em uma práxis concreta. Essa sociedade e essa práxis necessariamente se polarizam: de um lado, aqueles que utilizam e manejam as formas (mercadoria, dinheiro e capital, contratos); do outro, aqueles que detêm somente este conteúdo ativo e produtivo: o trabalho, isto é, a força e o tempo de trabalho social. Em economia política, é preciso entender por proletário o assalariado que produz o capital e o faz frutificar (Lefebvre, 1979, p. 74).

Lefebvre discute “formas, funções, estruturas” como categorias para analisar

as classes. Segundo ele, “a análise se faz em três níveis, sobre três planos simultâneos”. Estes seriam “a forma pura (lógica); a relação entre forma e conteúdo, os produtos reais (lógica dialética); o trabalho social e suas contradições internas (movimento dialético que envolve as determinações precedentes e permite a exposição em conjunto” (1979, p. 74).

Aqui Lefebvre atribui a Marx procedimentos intelectuais formais inexistentes em sua obra. Essas abstrações em nada contribuem para o entendimento da obra de Marx, apenas obscurece. Claro que algumas semelhanças, principalmente formais, podem ser encontradas, mas a questão é que isto complica o que já é complexo e dificulta ao invés de facilitar a compreensão. Sem dúvida, como Lefebvre além de sociólogo é filósofo, muitas vezes deixa seu lado filosófico tomar proporções exageradas e desmotivadas.

Segundo Lefebvre, as classes e suas lutas podem ser analisadas em vários níveis: o nível das forças produtivas e das relações de produção, o nível das relações de propriedade e relações jurídicas, o nível das ideologias, o nível das superestruturas políticas, embora não faça nenhuma análise substancial sobre tais níveis, com exceção do primeiro. Essa abordagem de níveis é problemática e não-marxista e parece uma recaída na “doutrina dos fatores”, já amplamente criticada por Labriola (1959) e Plekhanov (1989) e no início do século 20, em 1902 e 1908, respectivamente<sup>1</sup>.

O nível em que ele consegue desenvolver melhor uma análise realmente relacionada com as classes sociais é o das forças produtivas e relações de produção. A classe operária,

<sup>1</sup> Isso se reproduz em outra obra sua, na qual distingue, ideologicamente, uma “filosofia”, “moral”, “sociologia”, “economia” e “política” no marxismo (Lefebvre, 1979b)

nesse nível de análise, aparece como força produtiva e também como força social e política e a burguesia como responsável pela transformação constante da produção. O estudo das relações de produção mostra “uma estrutura de classe móvel e complexa”, na qual uma mesma base econômica sofre influência de vários “fatores empíricos”, produzindo gradações e variações consideráveis. Lefebvre cita o exemplo da produção agrícola, devido sua diferença com a produção industrial, na qual a análise “distingue diferentes classes, frações de classes e camadas sociais”. Curiosamente, Lefebvre em lugar nenhum explica o que são frações de classes e camadas sociais. Ao nível das forças produtivas, a análise não pode ser concluída, pois “estrutura e conjuntura agem perpetuamente uma sobre a outra” (Lefebvre, 1979, p. 77). Porém, a diversidade e mobilidade não anulam a polarização das classes que é a base da análise.

O estudo das classes a partir da divisão do trabalho deve abordar diferenças “difíceis de definir”, mas importantes, tal como entre trabalho produtivo e improdutivo. Para Lefebvre, para Marx, o trabalho é produtivo quando gera lucro. A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo não coincide com a distinção entre trabalho manual e intelectual. A abordagem de Lefebvre neste ponto é confusa e desarticulada. Isto é visível no fato dele não explicitar a razão de discutir a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, já que ele não aborda a relação disto com a questão das classes sociais. Além disso, simplifica o pensamento de Marx sobre o trabalho produtivo, inclusive passando por cima das contradições que ele manifesta nesse caso. Lefebvre atribui a Marx uma posição que é a dele e para ele parece estar “resolvida”, o que é um equívoco grave de interpretação,

confundir o que o intérprete pensa com o que pensa o interpretado.

Lefebvre prossegue relacionando trabalho produtivo com “trabalhador coletivo”. No capitalismo, o trabalhador coletivo expressa o conjunto das unidades de produção (empresas capitalistas) com sua própria organização visando produção de bens materiais, principalmente lucro. A noção de trabalhador coletivo, no entanto, muda dependendo da sociedade e modo de produção. A partir disso Lefebvre começa a definir quais são os trabalhadores produtivos e improdutivo:

Técnicos, engenheiros fazem parte dos trabalhadores produtivos. A agricultura, a pesca, a indústria extrativa, as indústrias de transformação, a construção de edifícios e sua reparação, o transporte de mercadorias devem ser consideradas atividades produtivas. Da mesma forma, certas atividades comerciais (conservação, estocagem, transporte de bens consumíveis). Outras atividades comerciais (publicidade) são improdutivo. Da mesma forma, os ‘serviços’ materiais e culturais, a educação, a pesquisa científica. Da mesma forma ainda o aparelho estatal, o aparelho bancário e financeiro, as forças armadas, a polícia, a burocracia, o aparelho de distribuição comercial, etc. (Lefebvre, 1979, p. 79).

Aqui Lefebvre faz outra confusão e novamente cai em contradição. Antes afirmou que o trabalho é produtivo quando gera lucro para o capitalista e depois diz que o trabalho em publicidade, educação, etc., são “improdutivo”. Um educador ou um publicitário que trabalham para empresa educacional ou de publicidade geram lucro e porque não seria produtivo no sentido fornecido por Lefebvre? O seu exemplo, apresentado antes desta definição, sobre teatro e trabalho produtivo mostra justamente o contrário. Além disso, passa de

categorias profissionais (engenheiros, técnicos) para formas de produção (agricultura, indústria de transformação, etc.) e termina com serviços e aparatos (estatal, bancário). Ora, o “aparato bancário” tem tanto banqueiros quanto bancários, além de funcionários de limpeza, segurança. E o mesmo vale para o resto. Lefebvre não percebe que Marx fornece definições diferentes de trabalho produtivo e por isso acaba reproduzindo as contradições dele sem a sua profundidade<sup>2</sup>.

Lefebvre resume sua concepção de classes sociais:

Primeiro ponto: Não há classes sem luta de classes, sem lutas políticas. Enquanto não entra na arena política, ao nível superior da práxis, com uma práxis revolucionária, uma classe só existe virtualmente (é uma ‘classe em si’ e não ‘para si’). Segundo ponto: as classes polarizadas, em luta e conflito, não deixam de constituir uma unidade. Esta unidade recebe uma denominação geral (a ‘sociedade’), uma denominação particular (a nação) ou uma denominação singular (a divisão dos trabalhos complementares nas unidades de produção). Os conflitos permitem-nos acentuar a unidade; reciprocamente, desde que acentuemos a unidade, devemos elucidar sua essência conflitiva (Lefebvre, 1979, p. 6).

Aqui temos mais problemas. Lefebvre toma como “modelo de classe” o proletariado e este é o seu equívoco: a burguesia e as demais classes não necessitam de práxis revolucionária. A “unidade” que é a sociedade possui várias outras classes, além das fundamentais (“polarizadas”). Sem dúvida, o foco de Marx é no proletariado, por ser a classe revolucionária de nossa

<sup>2</sup> No interior de *O Capital* já se manifesta algumas afirmações que podem ser interpretadas como contraditórias e levando em consideração outras obras (*Grundrisse, Teorias da Mais-Valia, O Capítulo Inédito de O Capital*), isto se torna mais intenso.

época, mas nem por isso ele generalizou a tendência presente no ser-de-classe do proletariado para as demais classes sociais.

Lefebvre afirma que a estrutura da sociedade (a constelação de classes e frações de classes) muda com as mudanças conjunturais. Assim, para comprovar isso, ele afirma que Marx observou, em 1848, oito classes sociais na Alemanha (senhores feudais, burguesia, pequena burguesia, camponato grande e médio, pequenos camponeses, servos, operários agrícolas, operários industriais) e sete classes na França (burguesia financeira, burguesia industrial, burguesia mercantil, pequena burguesia, camponeses, proletariado e lumpemproletariado)<sup>3</sup>. Lefebvre aqui afirma um truísmo, pois obviamente dois países em estágio de desenvolvimento capitalista diferenciado irão possuir estrutura de classes diferentes, o que confirma outro truísmo: é preciso analisar o “conjuntural” também. Claro que, tendo em vista os leitores iniciantes ou as deformações do pensamento de Marx, isso pode ter uma certa utilidade, mas no plano teórico não avança muito na compreensão da teoria das classes sociais.

Lefebvre encerra sua análise discutindo o problema da renda das classes sociais. Segundo ele:

As classes descritas e analisadas por Marx como essenciais no capitalismo de concorrência, a saber, os proprietários fundiários, os capitalistas industriais, os operários, tiram suas rendas de três fontes: a renda fundiária, o lucro, o

<sup>3</sup> Lefebvre, nesse ponto, não explica que apenas classes com práxis revolucionária, ou “polarizadas”, que seriam duas, existiam e agora aparece essa quantidade de classes. Em Marx, que não fez esta afirmação, isso não é problema, mas em Lefebvre, que a fez, é um problema que deveria ter sido resolvido. Outro problema é que confunde frações de classes com classes sociais.

salário. No entanto, nem o proprietário fundiário obtém sua renda de seus rendeiros, meeiros e trabalhadores agrícolas, nem o capitalista, de seus próprios operários. O conjunto da mais-valia produzida vai na massa geral da renda nacional (Lefebvre, 1979, p. 88).

Aqui se revela mais um equívoco de Lefebvre. Realmente Marx abordou a questão do mais-valor global (Marx, 1988), o que é quase equivalente ao termo utilizado pela economia política burguesa de “renda nacional” (a diferença é que o mais-valor global é o total de mais-valor produzido na sociedade e a renda nacional tem também a renda produzida pelos modos de produção não-capitalistas existentes no interior do capitalismo). Porém, Marx nunca fez uma afirmação metafísica como a de que a burguesia não explora seus próprios operários. Obviamente que determinado capitalista, ou conjunto de capitalistas, exploram seus operários. Isto vale apenas para os latifundiários – no caso da análise de Marx em *O Capital* – cuja renda fundiária vem do mais-valor que o capitalista extraiu do operário (e não do mais-valor global, que seria uma coisa metafísica que estaria junto em algum lugar e cada um tiraria sua parte). No fundo, Lefebvre não entendeu o conceito de mais-valor global. No caso do capitalista, a extração do mais-valor é direta, e não como no caso de outras classes, via pagamento do capitalista, Estado, etc. Por fim, Marx também não disse que a classe burguesa, os latifundiários e os proletários formam as três classes essenciais do capitalismo e sim as três grandes classes – tendo como foco a Inglaterra da época – e entre “grande” (critério quantitativo) e “essencial” (critério qualitativo), há uma diferença enorme (Marx, 1988). As classes fundamentais do capitalismo são a burguesia e o proletariado e nenhuma mais.

Desta forma, fizemos uma breve exposição da abordagem de Lefebvre sobre a concepção de classes sociais em Marx. Sem dúvida, a obra de Lefebvre tem seus méritos, tal como sua definição de ideologia, sua análise do Estado no capítulo seguinte, etc., apesar de certos equívocos. No entanto, entre as obras sobre Marx, é uma das mais interessantes. Claro que o sociologismo e filosofismo atrapalham muitas vezes, principalmente quando vai discutir questões do modo de produção capitalista. Também, as atribuições que Lefebvre faz a Marx são outros problemas, além das dificuldades de interpretação.

O balanço geral que fazemos é o de que Lefebvre apresentou uma análise muito limitada da concepção de classes sociais em Marx, devido seu foco em *O Capital* e seus pressupostos e subsunção ao discurso sociológico e filosófico. Da mesma forma, outros problemas ocorrem devido ao fato de Lefebvre não definir o que entende por classes sociais (a polarização acaba sendo o único e abstrato critério, sem ser explicitado) e outros termos correlatos (frações de classes, camadas sociais). A sua opção por considerar classe apenas a “classe para si” é outro obstáculo para uma análise mais ampla do conceito e demonstra uma incompreensão do pensamento de Marx. Porém, é preciso contextualizar a obra de Lefebvre<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> É preciso entender também que, mesmo em cada fase, há mudanças. As duas fases aludidas remetem a determinadas mudanças mais drásticas e, no interior delas, outras mudanças. Ele mesmo faz críticas às suas obras, tal como *O Materialismo Dialético*, em que afirma ter exagerado o lado filosófico (Lefebvre, 1975) ou mesmo *Para Compreender o Pensamento de Karl Marx* (Lefebvre, 1975), cujo prefácio afirma algumas mudanças, embora nada fundamentais. Claro que somente uma pesquisa aprofundada do conjunto de sua obra, algumas bem inacessíveis, e sua biografia, podem fornecer um quadro mais amplo da evolução do seu pensamento.

A primeira fase do seu pensamento foi o período “marxista”-leninista, quando produziu obras de caráter positivista e vanguardista, tal como seu livro sobre materialismo dialético (1969, original de 1939); sobre lógica (1979, original de 1947); sobre Marx (1975, original de 1948), sobre Lênin (1969, original de 1957), entre diversas outras. A segunda fase se inicia após sua expulsão do Partido Comunista Francês em 1958 (Favre e Favre, 1991), que foi a época mais proveitosa de sua produção. Este texto sobre a sociologia de Marx é de 1968. Nesse período já havia rompido com grande parte do “marxismo”-leninismo, apesar de alguns resquícios, que nunca conseguirá superar na sua totalidade.

Neste livro sobre Marx, que se propõe a uma “nova leitura de Marx”, apesar de se afastar do leninismo, cai no erro de uma leitura filosófica e sociológica, enquanto o autor estava além da divisão do trabalho intelectual em ciências particulares, não sendo nem mesmo uma ciência, “no sentido burguês do termo” (Korsch, 1977).

Essa breve análise deve servir de alerta para a leitura da obra de Marx e, mais especialmente, sobre as classes sociais e outros temas que não receberam grandes desdobramentos e os intérpretes, na maioria dos casos, buscam completar as lacunas e os silêncios com sua imaginação ou suas ideologias, o que promove um distanciamento cada vez maior do autor interpretado.

#### REFERÊNCIAS

- BAGÚ, Sérgio. *Marx-Engels: Diez Conceptos Fundamentales*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1972.
- FAVRE, Pierre e FAVRE, Monique. *Os Marxismos Depois de Marx*. São Paulo, Ática, 1991.
- GORZ, André. *Adeus ao Proletariado*. Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Afrontamento, 1977.
- LABRIOLA, Antonio. *Ensaio Sobre o Materialismo Histórico*. Atena, s/d.
- LEFEBVRE, Henri. *El Materialismo Dialectico*. Buenos Aires, La Pleyade, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal, Lógica Dialética*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979c.
- LEFEBVRE, Henri. *O Marxismo*. São Paulo, Difel, 1979b.
- LEFEBVRE, Henri. *O Pensamento de Lenine*. Lisboa, Moraes, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. *Para Compreender o Pensamento de Karl Marx*. Lisboa, Edições 70, 1975.
- LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 1979.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª Edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1982.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A Sagrada Família*. Lisboa, Presença, 1978.
- MARX, K. *O Capital*. Vol. 5. 3ª Edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Anarquismo*. São Paulo, Acadêmica, 1987.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Sindicalismo*. São Paulo, Ched, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Sobre Literatura e Arte*. São Paulo, Global, 1986.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Sobre o Colonialismo*. 2 vols. Lisboa, Presença, 1970.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Sobre Religião*. 2ª edição, Lisboa, Edições 70, 1972.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos Sobre Educação e Ensino*. 2ª edição, São Paulo, Moraes, 1992.
- PLEKHÂNOV, G. *Os Princípios Fundamentais do Marxismo*. 2ª edição, São Paulo, Hucitec, 1989.

---

\* Professor da UFG; Doutor em Sociologia pela UnB. E-mail: [nildoviana@ymail.com.br](mailto:nildoviana@ymail.com.br)